



PROJETO DE LEI Nº 004/2026

Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba aprova:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto nos incisos X e XI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil ficam os vencimentos dos servidores do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, revisados e reajustados em 7,00 % (sete por cento) da seguinte forma:

I – Os vencimentos básicos ficam revisados em 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento) a título de revisão geral, correspondente ao IPCA/IBGE, apurado no período de janeiro a dezembro de 2025;

II – Os vencimentos básicos ficam reajustados em 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) a título de aumento real para beneficiar os servidores do Poder Legislativo carmense.

Art. 2º Os vencimentos básicos dos cargos comissionados da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba serão reajustados nos mesmos índices concedidos aos cargos efetivos.

Parágrafo Único. Após a aplicação dos índices estabelecidos pelo art. 1º desta Lei, fica assegurado que a menor remuneração a ser paga aos servidores da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba passa a ser igual a um salário mínimo vigente.

Art. 3º Os vencimentos de cada servidor serão acrescidos das vantagens por direito adquirido de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º A despesa decorrente da execução desta lei ocorrerá por conta de dotação orçamentária do fluente exercício, destinada a custeio de despesa com pessoal, própria da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, podendo a Mesa Diretora suplementá-la, se necessário, observando sempre o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e lei autorizativa e limites impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.





Art. 5º Fica a Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba autorizada a conceder o benefício pecuniário de auxílio alimentação, no valor de 400,00 (quatrocentos reais), aos seus servidores públicos efetivos e comissionados, excluindo-se os Vereadores e estagiários, caso existam.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2026.

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 2026.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA

- Presidente da Câmara -

GERALDO MAGELA DE SOUZA

- Vice-Presidente da Câmara -

PAULA MOREIRA LIMA RODRIGUES

Secretária





JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 004/2026.

Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Lei, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, tem por finalidade promover a revisão geral anual e o reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal, bem como autorizar a concessão do benefício de auxílio-alimentação, em estrita observância aos princípios constitucionais, à legislação infraconstitucional vigente e à responsabilidade fiscal.

Inicialmente, cumpre destacar que a proposição encontra amparo direto nos incisos X e XI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, os quais asseguram aos servidores públicos a revisão geral anual da remuneração, sempre na mesma data e sem distinção de índices, bem como impõem limites e critérios para a fixação e atualização dos vencimentos no âmbito da Administração Pública.

No que se refere à **revisão geral anual**, prevista no inciso I do art. 1º do projeto, o percentual de **4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento)** corresponde à variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, apurado no período de janeiro a dezembro de 2025, índice oficial que reflete a inflação do período. Tal medida tem como objetivo **recompor as perdas inflacionárias**, preservando o poder aquisitivo da remuneração dos servidores, sem que isso configure aumento real, mas tão somente a manutenção do valor nominal da remuneração frente à desvalorização monetária.

Além da revisão inflacionária, o projeto contempla, no inciso II do art. 1º, a concessão de **reajuste real de 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento)**, como forma de **valorização dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal**, reconhecendo o papel fundamental que exercem para o regular funcionamento da Câmara Municipal, para a eficiência administrativa e para o adequado desenvolvimento do processo legislativo. O aumento real ora proposto insere-se dentro da discricionariedade administrativa, observados os limites legais e orçamentários, representando medida de estímulo, reconhecimento profissional e valorização do serviço público.

O art. 5º do projeto autoriza a concessão do **auxílio-alimentação**, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal, excluídos os Vereadores e estagiários. Tal benefício, destina-se a auxiliar no custeio das despesas básicas com alimentação, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, para a valorização do servidor público e para o aumento da motivação e produtividade, sem se incorporar à remuneração para quaisquer efeitos legais.





Para amparar esta proposta, segue anexado o impacto orçamentário e demais anexos elaborados pelo Departamento Administrativo/Financeiro desta Casa Legislativa.

Diante do exposto, verifica-se que o presente Projeto de Lei atende aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, valorização do servidor público, eficiência administrativa e responsabilidade fiscal, revelando-se medida justa, equilibrada e plenamente compatível com o interesse público, razão pela qual a Mesa Diretora submete a presente proposição à apreciação do Plenário, confiando em sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 2026.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
- Presidente da Câmara -

GERALDO MAGELA DE SOUZA
- Vice-Presidente da Câmara -

PAULA MOREIRA LIMA RODRIGUES
Secretária

